DIREITOS HUMANOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Thamires Bleme Ferreira
Yasmim Vitória Da Silva Pedra

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As mudanças climáticas figuram entre os maiores desafios globais do século XXI, impactando não apenas o meio ambiente e a economia, mas também a própria dignidade humana. Fenômenos como o aquecimento global, a desertificação e a elevação do nível do mar têm desencadeado crises humanitárias, deslocamentos forçados e a deterioração da qualidade de vida, sobretudo em comunidades vulneráveis. Nesse cenário, torna-se imprescindível examinar a relação entre os impactos ambientais e a efetivação de direitos humanos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O debate jurídico adquire especial relevância diante da urgência em repensar políticas públicas, fortalecer tratados internacionais e consolidar um marco normativo que assegure a proteção ambiental como condição indispensável para a promoção e garantia dos direitos humanos.

Objetivo

Analisar a interface entre direitos humanos e mudanças climáticas, destacando como os impactos ambientais afetam a efetividade das garantias fundamentais e avaliando os mecanismos jurídicos que podem ser aprimorados para garantir a proteção das populações vulneráveis.

Material e Métodos

O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, contemplando a análise de doutrina especializada, legislações nacionais e internacionais, bem como relatórios de organizações multilaterais, como a ONU e o IPCC. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, fundamentada na análise crítica de textos normativos e acadêmicos, o que possibilita identificar a intersecção entre normas de proteção ambiental e instrumentos de defesa dos direitos humanos. Ademais, serão examinados casos práticos e jurisprudências, tanto nacionais quanto estrangeiras, a fim de verificar como os tribunais têm se posicionado diante dos desafios impostos pela crise climática e compreender a evolução da responsabilidade jurídica frente aos impactos ambientais.

Resultados e Discussão

A pesquisa demonstra que os efeitos da mudança climática configuram ameaças diretas e indiretas aos direitos humanos, afetando de forma desproporcional povos indígenas, comunidades costeiras e países em desenvolvimento. Observa-se que tratados internacionais, como o Acordo de Paris, embora representem avanços importantes, ainda carecem de mecanismos eficazes de implementação e fiscalização. No cenário nacional, cresce a judicialização de demandas ambientais, em que o Poder Judiciário atua como garantidor do direito fundamental a um meio ambiente equilibrado, reconhecendo sua conexão com os direitos à vida e à saúde. Assim, o fortalecimento de políticas públicas e a integração entre direito ambiental e direitos humanos mostram-se caminhos necessários para enfrentar os desafios globais.

Conclusão

Conclui-se que os direitos humanos e as mudanças climáticas estão intrinsecamente conectados, demandando do ordenamento jurídico respostas urgentes e efetivas. A proteção do meio ambiente deve ser entendida como condição indispensável à dignidade humana, cabendo ao Direito assumir seu papel como instrumento de transformação social diante da crise climática.

Referências

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

IPCC. Relatório de Avaliação sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf> Capturado em 08/10/2025.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Capturado em 08/10/2025

ONU. Programa para o meio ambiente. Disponível em: <www.unep.org/pt-br/who-we-are/about-us> Capturado em 08/10/2025

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2021.